

As classes produtoras — indústria, comércio, bancos, agricultura — iniciam um processo de consultas entre cujos objetivos está o da busca de uma linguagem comum em defesa da economia de mercado. Essa linguagem, a que deverá seguir-se uma certa uniformização de pontos de vista acerca de questões antes de tudo filosóficas, permitirá superar mais facilmente momentos de transição, nos quais é comum o crescimento da contestação à ideologia privatista, aliás expressa na Constituição Federal.

Há um desejo de que as entidades dos diversos setores atuem de forma harmoniosa e conjuntamente em todas as questões de conceito, princípios e posições que abranjam, como um todo, a atuação da iniciativa privada. Dentro dessa idéia é extremamente importante que representantes dos vários segmentos se unam em suas ações e tenham as suas colocações homogeneizadas. O que há por enquanto é esse contato entre as presidências das entidades e a concordância a respeito desse tipo de comportamento — afirma Roberto Konder Bornhausen, presidente das Federações Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e Nacional dos Bancos (Fenaban), o mais importante dos representantes de associações de instituições financeiras do País.

A motivação para esse entendimento reside na "conscientização de que todos os assuntos que transcendem a órbita específica de cada um dos setores e que constituem assuntos onde os conceitos e princípios são os pontos básicos devem por natureza merecer esse tratamento uniforme, já que essas entidades da livre iniciativa tenderão a defender os mesmos princípios e os mesmos conceitos. Isto precisa ser bastante aparente e visível nos momentos em que ocorrem transições, onde podem surgir muitos questionamentos".

Sulbrasileiro

Há uma semana, em entrevista à imprensa, Bornhausen manifestou preocupação acerca de uma onda estatizante na área bancária, em vista do surgimento de boatos ou notícias contra as instituições financeiras, num movimento aparentemente orquestrado e voltado contra determinados bancos. Ontem, porém, recusou-se a identificar naquele movimento um estímulo ao entendimento entre as lideranças privadas.

— Eu não colocaria em nenhum fato isolado a razão de alguma motivação de curto prazo. Acho que é um amadurecimento das lideranças em relação a uma necessidade permanente, e não em função de uma conjuntura de curto prazo.

Constituinte

Bornhausen evitou, ainda, caracterizar as consultas empresariais como indispensáveis para situar a posição do setor privado na discussão em torno da reforma constitucional, que deverá culminar com a escolha de uma Assembleia Constituinte em 1986. "É uma visão não restrita à área privada e, sim, abrangente em relação aos cidadãos. Nas pré-discussões que vão surgir em relação à Constituinte, seja na linha que marcar o anteprojeto, seja por força dos temas que vão surgir nos meios de comunicação, os cidadãos de modo geral e suas entidades representativas deverão ter uma participação muito ativa, defendendo pontos de vista, expondo opiniões e principalmente lutando pelos princípios e conceitos de vida que defendem ou em que acreditam. A Constituinte é um fato da maior relevância na vida de uma sociedade e assim precisa ser tratada: com o maior interesse e participação."

Estatização

Bornhausen considera que, na discussão constitucional, haverá pessoas que, dentro das regras vigentes na Constituição atual, irão "defender maior presença do Estado na vida econômica do País e em outros aspectos", acrescentando: "Nós defenderemos o ponto de vista contrário e vamos lutar por ele. E um dos pontos que vão estar em debate durante o período de trabalho da Assembleia Constituinte".

O presidente da Febraban entende que, no capítulo econômico, "a Constituição atual atende ao conceito que o setor privado defende", porém "na prática isto não tem sido cumprido, com o longo período de crescimento do Estado na economia, muito diferente do previsto na Constituição".

Rejeitando a hipótese de que fiquem expressos, no texto constitucional, limites ao poder da burocracia — porque "a Constituição não pode ser detalhista, sob pena de se prejudicar" — o presidente da Febraban considera que, hoje, o risco estatizante na área financeira se reduziu.

Ocorreram os fatos traumáticos das intervenções em três instituições financeiras, uma delas de porte grande e muita tradição e presença no mercado. Isto ocorreu dentro de um contexto maior, um período de transição de governo, o fato infeliz da doença e morte do presidente Tancredo Neves, o plano do processo de transição, provocando um vácuo político, enquanto a realidade do País eram grandes problemas econômicos e grande deficiência na finança pública, retratada no déficit público informado pelo ministro da Fazenda a toda a sociedade.

Ocorreram também no período — acrescenta Bornhausen — grande sequência de greves, muitas de caráter nitidamente político, outras com violências inaceitáveis contra os que queriam trabalhar. Nesse contexto, a infeliz ocorrência do insucesso das instituições na área financeira, ensejaria a oportunidade da tentativa de desestabilização do sistema como um todo. Se conseguida, poderia levar a uma situação extrema de estatização. Por causa do ambiente geral desfavorável, tentou-se transformar o problema individual de três unidades, espalhando-o para todo o sistema, o que não era real. Mais recentemente, as autoridades monetárias tornaram claras sua posição de suporte ao Sistema Financeiro, uma das funções básicas e inalienáveis do Banco Central e, ao mesmo tempo, a explicitaram nessa tentativa de desestabilização, fazendo com que as coisas retornassem aos seus devidos lugares. A coisa agora amainou.

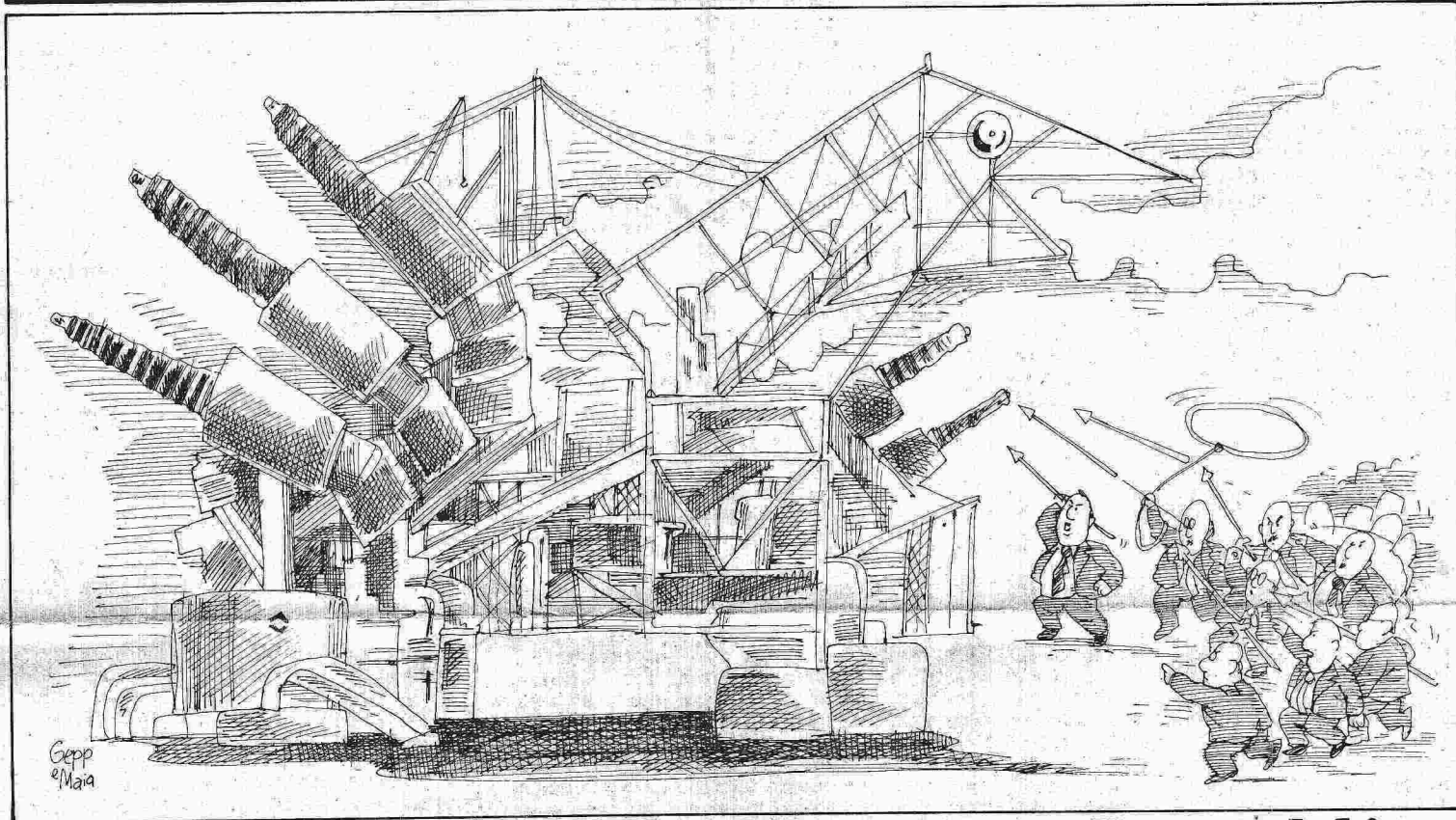
Riscos futuros

Bornhausen dá sua receita para evitar riscos estatizantes futuros: "Deve-se evitar qualquer nova ocorrência de insucesso na área privada, e aporrimorar ainda mais o comportamento operacional das instituições, o que se buscará pelo conselho de ética da Febraban. Além disso, pela constante informação e divulgação das funções e da importância do papel do Sistema Financeiro na economia".

Há um desconhecimento — afirma — da função da instituição financeira e de sua importância. Em primeiro lugar, o sistema é o intermediário que propicia que a poupança financeira formada por parte da sociedade possa dirigir-se, na forma de empréstimos, às atividades econômicas, que precisem desses recursos para seu desempenho e crescimento. Sem esse vaso comunicante, o processo econômico se tornaria extremamente difícil. O intermediário financeiro é um balcão de encontro entre interesses dos dois lados, poupadores e emprestadores. Outro aspecto importante é o de que a função do preço do dinheiro é uma resultante de mercado e, no Brasil, também das regras governamentais, inclusive da tributação. Não é o intermediário financeiro que determina o preço do dinheiro. Outra função é a prestação de serviços. O banco comercial assumiu, no País, com muita intensidade, o que tem um valor econômico imenso, pois permite enorme economia de tempo para os

Os empresários começam a se unir para combater este monstro

O monstro é a estatização promovida por governos anteriores e o risco de ela ampliar-se. A luta dos empresários (indústria, comércio, bancos e agricultura) apenas começou: um processo de consultas para encontrar-se uma linguagem única na defesa da livre iniciativa. Um dos campos desse combate já está escolhido: a Constituinte de 86. Veja aqui os argumentos de líderes empresariais como Roberto Bornhausen, Luís Eulálio Vidigal e Afif Domingos em defesa da economia aberta.



cidadãos e as empresas. As pessoas se dão pouca conta disso. Tornou-se tão fácil pagar contas de serviços públicos, colégios, condomínios — imagine-se voltar a pagar cada coisa no guichê próprio. É fácil imaginar o benefício do sistema bancário para os brasileiros.

Déficit e estatização

Bornhausen aponta, entretanto, um importante fator de estatização a combater: o déficit público. "É importante vincular as duas coisas. É uma das maneiras mais fortes de proceder à estatização da economia — a existência de fortes déficits públicos. É uma noção que não me parece muito assimilada. O déficit é uma forma violenta de estatização quando tem que ser financiado por emissão de moeda ou via endividamento público, com absorção dos recursos em poder da área privada. Se não queremos uma economia estatizada, devemos combater vigorosamente a existência do déficit público. A partir de sua existência, é fatal que maior parcela da economia seja tomada pelo setor público, já que é inevitável que parcela maior da poupança privada seja tomada pelo setor público na forma de déficit".

Política econômica

Qual o ambiente macroeconômico menos interessante para a estatização? "Seria um ambiente com as finanças públicas em equilíbrio — responde o dirigente do setor de bancos. Com uma oferta de dinheiro que permitisse a existência de custos financeiros compatíveis com uma sadia atividade econômica. E um ambiente isento de inflação ou com baixa inflação, que tornasse a economia mais estável e saudável, um ambiente enfim de crescimento econômico. Ou seja: o que for saudável para a economia, é importante para o intermediário financeiro".

O presidente da Febraban reitera que a redução dos juros depende da redução do déficit público. E, nesse processo, concorda com o efeito circular, pelo qual juros maiores também elevam o déficit público.

O dirigente da área bancária rejeita, porém, tentativas de rebaixamento ou de supressão do instituto da correção monetária como forma de quebrar as expectativas inflacionárias: "A correção monetária — afirma — é um instrumento indispensável para a economia viver organizadamente, num ambiente de elevada inflação. É fundamental que a correção seja absolutamente realista, que tenha inteira credibilidade, não sendo alvo de distorções. Não considero que sua existência impeça a redução da inflação. Não é causa da inflação, e seu propalado efeito realimentador vejo como um retardador do processo de aceleração de preços. Há uma realimentação, mas atrasada. Em minha opinião, sua supressão abrupta provocaria uma aceleração da inflação e uma maior desorganização no processo econômico-financeiro".

Greves

Bornhausen manifesta preocupação com "a bateria de greves, muitas vezes de caráter político", advertindo os trabalhadores: "Talvez os trabalhadores estejam sendo enganados e levados a um uso exagerado do instrumento de greve, um instrumento normalmente existente e do qual se pode fazer uso em caso de necessidade. Mas sua utilização constante e desvirtuada só irá causar prejuízo ao País e conseqüentemente aos próprios trabalhadores".

— Outro aspecto importante — prossegue — é que toda sociedade necessita respeitar rigorosamente a legislação que rege sua vida em sociedade. Portanto o desrespeito à atual legislação não é um bom caminho. Se a lei de greve atual, como qualquer outra, não estiver atendendo ao que a sociedade deseja ou ao momento em que a sociedade vive, deve-se cuidar da sua atualização, e não desrespeitá-la. As sociedades organizadas não podem desrespeitar a legislação.

Lei Pazzianotto

Bornhausen considera difícil, por enquanto, avaliar o prejuízo das greves recentes sobre as decisões de investimento das empresas, sobre as exportações e o emprego. E critica o projeto Pazzianotto de uma nova lei de greve, "uma proposta que precisa de aprimoramento".

— Aparentemente o projeto não foi previamente discutido com as áreas empresariais e, ao que eu saiba, também não foi discutido com as entidades de trabalhadores. Talvez tivesse sido útil a discussão prévia.

— A priori, vê-se que o projeto é muito defeituoso e não atende ao que aparentemente se necessita — afirma o presidente da Febraban. Traz inovações estranhas — como a figura da greve improcedente. E, no caso da atividade bancária, tem um erro conceitual, quando define que apenas a compensação bancária é atividade essencial. O importante a definir é se a atividade bancária como um todo é essencial ou não. Não adianta considerar que apenas um pedaço da atividade é essencial. É o mesmo que considerá-la não essencial.

Fábio Pahim Jr.